QUESTIONAMENTO 01
PREGÃO ELETRÔNICO 17/2023

PERGUNTA 01

A DEFENSORIA PUBLICA DA BAHIA – DPE BAHIA

Pregão Eletrônico no 17/2023

Processo Administrativo nº 01.0485.2023.000003249-0)

Referência: Registro de preço, para eventual aquisição de soluções de Segurança da Informação com o propósito de ampliar a segurança da rede da DPE/BA, incluindo repasse de conhecimento, manutenção e suporte técnico por 60 (sessenta) meses de acordo com as condições, características e especificações constantes da Seção II -Termo de Referência objeto da licitação.

Assunto: Contribuições

A **OI S/A, - Em recuperação Judicial (Oi)**, CNPJ nº 76.535.764/0001-43, sociedade anônima prestadora de serviços de telecomunicações, CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com sede à Rua do Lavradio, 71, 2º andar, Centro - Loja 201/801, vem relacionar os itens que, no nosso entendimento precisam ser esclarecidos e ou alterados, com intuito de se oferecer maior competitividade entre os prestadores, garantindo com isto que a licitação terá a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Estabelecendo as regras necessárias para a seleção da proposta mais vantajosa e invalidando todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter competitivo da licitação. São eles:

1) DA SUBCONTRATAÇÃO

O edital e seus ANEXOS definem que:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§30 É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros. [NOTA: subcontratação vedada]

12. CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS

QUESTIONAMENTO 01
PREGÃO ELETRÔNICO 17/2023

12.8. A Empresa licitante, não poderá transferir a outrem os compromissos assumidos, no todo ou em parte, os serviços.

Salientamos que a maioria das empresas, por uma questão de agilidade e/ou economicidade, possui em seu corpo de colaboradores a figura do funcionário terceirizado (funcionário que trabalha na empresa e segue as normas da mesma, mas que possui carteira assinada com outra empresa. Ou seja, é prática das empresas terceirizar as atividades acessórias, que não são o objeto central da contratação, tais como serviços de instalação, troca de equipamentos, manutenção em campo, treinamentos hands-on etc.

Sendo assim, estamos entendendo que a DEFENSORIA PUBLICA DA BAHIA, quando dispõe do item está proibindo que a proponente licitante vencedora subcontrate o serviço em si e não a forma de atendimento. Ou seja, que a proponente licitante vencedora poderá prestar o serviço através de corpo técnico terceirizado (instalação, manutenção e treinamento hands-on), bem como apresentar a documentação de comprovação técnica exigida no edital através de sua equipe terceirizada. O que ela não pode é subcontratar o objeto integral (equipamentos, sistemas, operações, etc) e apenas repassar o custo à DEFENSORIA PUBLICA DA BAHIA.

Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA

Com recebimento do presente questionamento, enviamos para a Coordenação de Modernização e Informática para manifestação.

Sendo assim, divulgamos para conhecimento.

“Em atenção aos esclarecimentos solicitados pela empresa OI S/A, informamos que o edital é claro em afirmar que não é permitida a subcontratação, mesmo que parcial do objeto, item 12.8 do termo de referência: ***A Empresa licitante, não poderá transferir a outrem os compromissos assumidos, no todo ou em parte, os serviços.***

A cláusula em questão busca garantir a integridade do contrato e proteger os interesses da contratante ao vedar a subcontratação, a associação da contratada com terceiros e a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, promovendo um ambiente mais seguro e transparente para a execução dos serviços contratados. “.

Estamos a disposição para os esclarecimentos e/ou informações que se fizerem necessárias

Comissão Permanente de Licitação
Defensoria Pública do Estado da Bahia